

ACM ataca política do FMI

■ Senador diz que Fundo se intromete no país e cria dificuldades para camadas mais pobres

CÉSAR FELÍCIO

Brasília - Carlos Eduardo

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), acusou ontem o Fundo Monetário Internacional de "intrometer-se na vida das nações, nem sempre para resolver os seus problemas". A crítica, a primeira feita pelo senador desde que o Brasil recorreu ao FMI no mês de novembro, se deu durante o discurso de instalação da nova legislatura do Congresso Nacional. "Queremos que a palavra soberania nacional exista de verdade, daí porque entendemos que o governo necessita ir ao FMI, mas nem por isso o FMI pode se intrometer nos problemas nacionais, sobretudo para criar dificuldades às camadas mais pobres do Brasil", afirmou ACM, no único momento do discurso em que foi interrompido por aplausos.

De acordo com o senador pefelista, "o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem defendido uma posição soberana para o País", mas o Fundo "teima em intrometer-se". Comentou-se na Câmara que o alvo de ACM foi o mais recente comunicado dos ministros da Fazenda dos países desenvolvidos que compõem o G-7, divulgado no sábado passado. Ao se referirem ao Brasil, os membros do G-7 destacaram que o país precisa recuperar a confiança, aplaudiram o ajuste fiscal e disseram que "as autoridades brasileiras devem continuar o esforço das reformas, dando a devida atenção às necessidades sociais." No comunicado, os ministros do G-7 reafirmaram também seu "compromisso com o apoio ao consistente programa do FMI".

A cobrança de ACM para que se endureça o diálogo com o FMI foi um dos pontos sugeridos pelo senador dentro do que chamou de "agenda positiva" do governo para este ano. "Temos que mudar a agenda do país. Não é possível que há quase dois meses não se fale outra coisa no país, senão nas divergências da União e dos Estados", afirmou, em uma clara referência à crise detona-



ACM ao abrir os trabalhos do Congresso: "Queremos que a palavra soberania nacional exista de verdade"

da pela declaração de moratória em janeiro feita pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB).

ACM demonstrou surpresa com a duração do impasse. "Para mim, a situação é inteiramente fácil de decisão e já poderia estar plenamente esclarecida", disse, acrescentando que "contratos existentes devem ser e serão cumpridos, mas, nem por isso, o Executivo poderá deixar de atender aos reclamos dos estados pelas vias competentes de seus organismos". O presidente do Senado sugeriu o uso de recursos do BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e de "muitos ministérios", para o socorro dos estados. Em um ataque indireto a Ita-

mar, ACM disse ainda: "ai daquele que não ver que isto é necessário e que queira, por qualquer outro motivo, por uma intransigência, encobrir uma incompetência".

Horas antes da instalação do Congresso, ACM deu sinais de que finalmente poderia levantar a sua resistência às articulações para que Itamar Franco vá ao Senado expor a situação do estado. Em janeiro, o presidente do Senado manobrou junto com os líderes do governo e com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Pedro Piva (PSDB-SP), para impedir que Itamar fosse convocado. "Ele pode vir quando quiser. Não existe resistência da minha parte. Quanto mais

se der microfone ao Itamar, mais ele desajuda à causa que defende", disse.

Outro ponto da "agenda positiva" defendido por ACM é a supressão de tribunais civis e militares, não especificados pelo senador. "Passa-se por um programa de reformas extinguir órgãos inúteis, que beneficiam poucos e que quando for extintos, vão beneficiar muitos com os recursos gerados. E, nestes órgãos, não tenho dúvida em dizer, que passa pela supressão de tribunais civis e militares", disse, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello. Segundo ACM, "alguns desses tribunais já não têm mais sentido em sua existência, a não ser para atrapalhar a vida da Nação".